



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE DIREITO
FELIPE CÉSAR DE ANDRADE**

**O PAPEL DA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO NAS POLÍTICAS
EDITORIAIS DE ACESSO ABERTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS
BRASILEIROS**

**Juiz de Fora
2019**

FELIPE CÉSAR DE ANDRADE

O PAPEL DA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO NAS POLÍTICAS EDITORIAIS DE ACESSO ABERTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS

Artigo científico apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres.

**Juiz de Fora
2019**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Andrade, Felipe César.

O PAPEL DA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO NAS POLÍTICAS EDITORIAIS DE ACESSO ABERTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS / Felipe César de Andrade. -- 2019.

22 p.

Orientador: Marcos Vinício Chein Feres

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito, 2019.

1. Direitos Autorais. 2. SciELO. 3. Creative Commons. 4. Acesso Aberto. I. Chein Feres, Marcos Vinício, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FELIPE CÉSAR DE ANDRADE

O PAPEL DA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO NAS POLÍTICAS EDITORIAIS DE ACESSO ABERTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS

Artigo apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Na área de concentração em Direito, submetido à Banca Examinadora composta pelos membros:

Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof. Dr. Wagner Silveira Rezende
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Ms. Lorena Abbas da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora

PARECER DA BANCA

() APROVADO

() REPROVADO

Juiz de Fora, 12 de novembro de 2019

O PAPEL DA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO NAS POLÍTICAS EDITORIAIS DE ACESSO ABERTO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS

Felipe César de Andrade

RESUMO: Este artigo propõe-se a analisar como a Biblioteca SciELO Brasil influencia as políticas editoriais de Acesso Aberto dos periódicos científicos brasileiros de estrato superior Qualis. Utiliza-se para tanto a metodologia do estudo de caso de Robert Yin e as técnicas de inferência de Epstein e King. Busca-se verificar a hipótese de que a indexação na SciELO é um fator relevante para a implementação das licenças Creative Commons (CC) nos periódicos científicos brasileiros de estrato superior Qualis. Para verificação da hipótese, realizou-se a coleta de todos os periódicos correntes listados no site da SciELO Brasil. As informações coletadas referiam-se à sua classificação Qualis, à licença jurídica do periódico, à cobrança de APCs (taxa de processamento de artigos), e o software de processamento de submissões do Periódico. Tais informações foram utilizadas como unidades de análise deste estudo. A partir delas, foi possível observar uma prevalência das licenças jurídicas CC-BY, da não cobrança de APCs e do uso de softwares sem custo ou sem fins lucrativos para a submissão dos periódicos. O trabalho conclui com a constatação de que a comunicação científica por meio do Acesso Aberto no Brasil é prevalente nos periódicos do estrato superior Qualis/Capes.

Palavras-chave: SciELO; Acesso Aberto; Creative Commons; Políticas Editoriais.

ABSTRACT: *This article aims to analyse how the SciELO Brasil Library influences the editorial policies on open access of the brazilian journals highly classified by Qualis. This will be made with the support of the methodology for case study, from Robert Yin, and the inferential techniques from Epstein and King. It tries to verify the hypothesis that the indexation in SciELO is a relevant factor for the implementation of Creative Commons (CC) licenses by the brazilian journals classified as upper staturum by Qualis. For that matter, it was made a collection of all the journals listed at the webpage of SciELO Brasil. The collected information dealt with the classification Qualis, the copyright license, the presence of APCs (article processing charges), e and the processing software used for submission at each journal. This information was used as units of analysis for this study. From them it was possible to observe the prevalence of the CC-BY license, the non-presence of APCs and the utilisation of softwares for submission which have no costs or that are non-profit. This work concludes with the statment that the scientific communication through Open Access prevails at the journals classified at the Upper Staturum by Qualis/Capes.*

Keywords: SciELO; Open Access; Creative Commons; Editorial Policies.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. DIREITOS AUTORAIS NO CONTEXTO DA INTERNET 3. ESTUDO DE CASO DA BIBLIOTECA SCIELO 4. METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS 5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E PROCESSO INFERENCIAL 6. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é derivada de outro estudo no qual se observavam as políticas editoriais de acesso aberto (políticas de *Open Access*) dos periódicos científicos brasileiros dos estratos superiores (A1 e A2). A partir da coleta de informações relevantes para a verificação do *Open Access* (OA) em todas as áreas de avaliação do sistema Qualis Periódicos da Capes (2018), percebeu-se que existia uma preponderância de Periódicos de Acesso Aberto sobre a forma de licenças *Creative Commons* (CC). Essa constatação, a qual ainda requer quantificação e codificação aprofundadas, levou ao questionamento das causas determinantes dessa realidade.

Duas principais hipóteses concorrentes levantadas para tanto – o possível papel das agências de fomento de pesquisa, a existência de políticas universitárias de acesso aberto (OA) a partir de licenças CC. Não obstante, a descoberta da existência de uma política explícita de acesso aberto por meio de CC para indexação na SciELO – *Scientific Electronic Library Online* -, precursora biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico (PACKER, 1998) – chamou a atenção. A partir disso surgiu a necessidade de saber se existe uma correlação entre a política adotada pela Scielo e a adoção das licenças CC-BY (a licença de direito autoral mais permissiva) nos periódicos científicos brasileiros de estrato superior. Em outras palavras – e aí se delimita o problema de pesquisa - busca-se saber se há alguma influência da Biblioteca Eletrônica Scielo sobre tais políticas editoriais.

Para tanto, adota-se como referencial teórico de análise os conceitos de dever e aspiração da lei de Zenon Bankowski (2008). Considera-se que tal conceito se articula adequadamente com uma análise crítica dos direitos autorais, e com as iniciativas de ampliação da comunicação científica eletrônica adotados por sistemas tais como a SciELO.

Junto a isso, utiliza-se para a metodologia de pesquisa deste trabalho empírico as regras de inferência, de Epstein e King (2013), e a estratégia de estudo de caso (YIN, 2005). Por meio delas, busca-se garantir a replicabilidade do trabalho empírico, bem como o aprofundamento rigoroso do conhecimento sobre o objeto de estudo escolhido.

Este estudo possui caráter exploratório, e pretende-se verificar a hipótese de que a política de indexação da biblioteca SciELO é um fator relevante para a prevalência das licenças *Creative Commons* nos periódicos de estrato superior Qualis.

Com efeito, este texto se divide da seguinte forma: primeiro se aborda a evolução do direito autoral no contexto da Internet, e a maneira como o movimento do Acesso Aberto se relaciona com o marco teórico adotado, com o contexto latinoamericano da produção científica e o momento de criação da biblioteca SciELO. Após isso, delimita-se a metodologia

do estudo de caso, explicando-se o que é a biblioteca SciELO, quais são as suas políticas de direitos autorais, e como isso suas políticas se aproximam do Acesso Aberto. Depois, expõe-se a metodologia de pesquisa para coleta e apresentam-se os dados. Por fim, realizam-se as inferências relativas aos dados coletados, a partir das unidades de análise consideradas relevantes, especialmente as licenças jurídicas adotadas, a classificação Qualis/Capes, a cobrança de taxas de avaliação/submissão e publicação, e o software de processamento de cada periódico. Termina-se o artigo apontando-se possíveis conclusões.

2. DIREITOS AUTORAIS NO CONTEXTO DA INTERNET

A legislação sobre direito autoral no Brasil, lei 9610/98 (BRASIL, 1998), garante em seu artigo 7, a proteção sobre as “criações de espírito” de caráter científico, literário, ou artístico, sem qualquer limitação sobre o tipo de suporte em que tal criação é fixada. Os autores possuem diversas pretensões jurídicas sobre as suas obras intelectuais, como a exclusividade na fruição e no uso dos direitos, bem como o poder de excluir ou não terceiros. Tais previsões estão contidas nos artigos 28 e 29 da Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998).

Da existência da proteção jurídica às obras intelectuais decorrem dois espectros distintos: há o aspecto moral que “ (...) garante ao criador o controle à menção de seu nome na divulgação de sua obra e o respeito a sua integridade, além dos direitos de modificá-la ou retirá-la de circulação” (GANDELMAN, 2001, p. 37); o aspecto patrimonial procura “regular as relações jurídicas da utilização econômica das obras intelectuais” (GANDELMAN, 2001, p. 37).

O contexto no qual as facetas moral e patrimonial dos direitos do autor se relacionam modificou-se profundamente com difusão da mídia eletrônica e da internet. Na medida em que a mídia eletrônica permite a reprodução e a difusão das obras sem implicar maiores custos ou violações aos direitos do autor (SUBER, 2012, p. 44-47), um novo equilíbrio entre o componente moral e econômico dos direitos autorais necessita ser encontrado.

Tal questão é especialmente verdadeira na publicação editorial científica. Nela, os periódicos científicos possuem centralidade, dado que são o principal meio de visibilidade da produção científica, e de controle de qualidade do trabalho dos cientistas (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012). Diferentemente do autor que publica o seu livro por meio de uma editoria, o autor de um artigo publicado em um periódico não recebe nenhum valor econômico em troca do trabalho submetido (SUBER, 2012, p.9); pelo contrário, não é incomum que os autores mesmos tenham de pagar taxas de submissão ou publicação à entidade editora do periódico.

Dadas essas circunstâncias, é um equívoco considerar que uma absolutização dos direitos autorais protegerá o criador da obra (ARIENTE, 2017, p. 137). Geiger (2016, p. 85) pondera que os direitos autorais são usados no mais das vezes pelas editoras como instrumento de sanção e punição, o que dificulta o fluxo de informações. Neste empreendimento, as editoras ganham duas vezes: a exclusividade do direito autoral impede que o pesquisador possa fazer um uso privado de sua pesquisa sem permissão; além disso, as editoras lucram vendendo os seus periódicos para a mesma comunidade acadêmica que publica os seus trabalhos (FROSIO, 2014, p. 95-96).

A restritividade do uso das obras científicas protegidas por direitos autorais se agrava quando tais direitos são postos em contraste com direitos fundamentais de outra natureza, como o direito à educação, ao acesso à cultura e ao lazer (ARIANTE, 2017, p. 137-138). O acesso às produções científicas nacionais (ou não) seria fundamental para que tais direitos se realizassem. Eles são previstos constitucionalmente (BRASIL, 1998) nos artigos 6º, 212 e 218, mas essa percepção não é uma exclusividade brasileira: os artigos 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possuem a mesma teleologia. Neste aspecto, os direitos autorais devem ter por fim o acesso à ciência e à cultura, e os interesses morais e patrimoniais dos autores devem ser vistos em um ótica inclusiva – e não exclusiva : é um direito de conceder acesso e não de impedi-lo (GEIGER, 2016, p. 84).

Uma reinterpretação dos direitos autorais sob uma ótica inclusiva torna-se realizável com a Internet. As revistas eletrônicas, por meio do sistema de intertextos da Web, é capaz de subverter alguns dos mecanismos restritivos da indústria editorial científica (GRUSZYNSKI, 2006). Além da vantagem da não-rivalidade da publicação eletrônica e de redução de custos (SUBER, 2012), a tecnologia mudou a interface, ampliou a possibilidade de serviços prestados, e eliminou limites geográficos (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2012).

Essas circunstâncias trazidas pela internet reverberaram em outros ouvidos, e o movimento do Acesso Aberto ou *Open Access* (OA) ganhou força. Tendo em vista as oportunidades proporcionadas pela Internet, o movimento de Acesso Aberto surgiu como um projeto de eliminação de barreiras de preço e de permissão para o acesso a produções científicas de toda natureza (SUBER, 2012, p. 6). Por este conceito se entende a disponibilização, na internet, das obras científicas, permitindo aos usuários ler, baixar, copiar, distribuir, procurar, indexar, utilizá-los em softwares, ou fazer qualquer outra atividade não proibida por lei. Não devem existir barreiras financeiras, legais ou técnicas para que os

usuários tenham amplo gozo dos seus direitos, e o único papel restante dos direitos autorais seria o de garantir a integridade da obra e o direito de citação do criador (BUDAPESTE, 2002; SUBER, 2012, p. 6).

Outras duas declarações nortearam o movimento do Acesso Aberto. A Declaração de Bethesda (2003) acrescenta mais dois critérios para que uma publicação seja considerada de acesso aberto. Além da permissão do autor para que o usuário possa copiar, distribuir, remixar etc., enfim, para que um trabalho seja considerado de acesso aberto, é necessário que uma cópia digital da obra seja publicada em um repositório virtual..

A declaração de Berlim, também de 2003, propõe mecanismo de suporte à transição da publicação científica para o Open Access. Tal suporte se daria por meio de ajuda financeira, por meio do desenvolvimento de software e sistemas em formato aberto, e pelo desenvolvimento de técnicas editoriais que garantissem a manutenção de boas práticas nos Periódicos de Acesso Aberto. Ela também destacou a importância das agências de fomento para a consolidação do Acesso Aberto.

Na América Latina, o Acesso Aberto rapidamente ganhou impulso (MINITTI et al, 2018, p. 1907-1908), levando em conta as especificidades dos países em desenvolvimento. A comunidade científica latino-americana se reuniu em repetidas ocasiões e, apenas para citar os documentos mais importantes, produziu repetidos manifestos sobre a importância do Acesso Aberto (SWAN, 2008; COSTA e LEITE, 2016).

Destes documentos, destaca-se o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005), capitaneado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que advoga por uma política nacional de acesso aberto. Também foi importante a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto (2005), a qual demonstrou a importância do acesso aberto para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, e para o aumento da importância da ciência desses países no intercâmbio de informação científica mundial. Isso demonstra que o ambiente para o desenvolvimento do Acesso Aberto na América Latina era propício. A criação da Biblioteca SciELO, apesar de um pouco anterior a essas declarações (1998), foi embebida do mesmo espírito.

A maneira como o movimento de Acesso Aberto se desenvolveu se alinha ao que Bankowski (2008) chama de ruptura criativa dentro da lei. O OA não tenta violar ou transformar o direito autoral, porque a sua proposta é compatível com esse sistema. O que ele faz é um uso criativo com os instrumentos disponíveis para realizar a aspiração da Lei. No

caso, a aspiração do OA é ser inclusivo, abarcando os usuários e os países periféricos que não teriam acesso à pesquisa científica (GIBBS, 1995) na comunicação científica.

Dentro deste mesmo movimento que mudou a maneira de se divulgar e publicar trabalhos científicos, a iniciativa pioneira da biblioteca SciELO (PACKER, 1998) foi importante para a expansão do acesso aberto dourado na América Latina. O seu estudo será útil para se compreenderem os desafios da comunicação científica brasileira.

3. ESTUDO DE CASO DA BIBLIOTECA SCIELO

A proposta de um estudo de caso, nos moldes propostos por Yin (2005), é especialmente relevante no contexto de investigação de um objeto cujos limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Tendo em vista que o fenômeno do Acesso Aberto e o contexto da publicação eletrônica dos periódicos científicos se interpõem, a metodologia do estudo de caso é a mais adequada para este trabalho. Neste aspecto, Machado (2017, p. 361) define o estudo de caso como uma estratégia metodológica de construção de um objeto empírico definido e específico, potencialmente revelador de aspectos de um problema os quais não seriam acessíveis por meio de outras estratégias.

A SciELO – Scientific Electronic Library – é um projeto fundado em 1997, com início efetivo em 1998, que organiza e publica textos científicos completos em formato virtual, além de fazer produzir material a respeito do seu uso e impacto. O programa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) (PACKER, 1998, p. 109). Todos os textos seguem um critério editorial e metodologia definidos. Atualmente, a SciELO conta com 16 coleções nacionais, as quais operam independentemente, com o seu próprio portal. (Alperin, 2014, p. 24). O objeto desse trabalho é a coleção brasileira da SciELO, uma vez que se tem o objetivo de observar sob que bases jurídicas a comunicação científica brasileira é feita.

A biblioteca SciELO opera com a Metodologia SciELO, que se trata de “um conjunto de normas, guias, manuais, programas de computador e procedimentos operacionais dirigidos à preparação de textos de periódicos científicos em formato eletrônico” (PACKER, 1998, p. 113). Isso garante uniformidade aos periódicos indexados na plataforma SciELO. A Metodologia Scielo requer que todo o conteúdo dos sites esteja codificado em XML (Extensive Markup Language) o que transforma a SciELO na mais completa provedora de dados sobre citação na América Latina (Alperin, 2014, p. 24).

A criação da SciELO se dá em um ambiente profundamente afetado pela ideia do Acesso Aberto. Tentava-se, à época (e ainda hoje), aumentar a visibilidade da produção científica local (PACKER, 1998, p. 111). A produção científica local de qualidade era constantemente publicada em periódicos estrangeiros (GIBBS, 1995, p. 95), o que transforma o mercado editorial científico brasileiro/latinoamericano como algo de segunda categoria. A Metodologia Scielo, junto com outras iniciativas como a Open Journal Systems (OJS)/ Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), foi essencial para melhorar o procedimento editorial das revistas e aumentar a sua visibilidade. Neste aspecto, a Metodologia SciELO cumpriu o papel de desenvolver um procedimento que não implicasse a adoção de mecanismos muito caros e inacessíveis à comunidade científica, ao mesmo tempo em que mantivesse uma abertura tecnológica (PACKER, 1998, p. 111). Como consequência, a SciELO foi bem-sucedida e hoje é uma das instituições líderes na implementação do Acesso Dourado no Brasil, permitindo uma disseminação científica na forma do acesso livre (ALPERIM et al, 2008, p. 178).

Deve-se ressaltar que a SciELO faz parte, junto de outras iniciativas regionais de Acesso Aberto, como a Latindex (1997), a Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe 5 (RedALyC) (ALPERIM et al, 2008, p. 178; BABINI, p. 3-4)). A Latindex proporciona apenas metadados e links para artigos completos indexados. A SciELO e a RedALyC, por sua vez, mantém uma cópia de todos os artigos em seus bancos de dados gratuitamente (ALPERIM et al, 2008, p. 178).

A escolha pela Scielo se justifica pela sua maior antiguidade em relação a RedAlyC, e por ser considerada a “grande responsável para este fortalecimento da “via dourada” no Brasil”(FURNIVAL et al, 2015, p. 27). Além disso, a SciELO alcançou um padrão de qualidade que a colocou em importantes índices bibliográficos (como Google Scholar, DOAJ e Scopus), e desde 2012 faz parte da Web of knowledge da Scopus (FURNIVAL et al, 2015, p. 27). A SciELO, além disso, foi uma iniciativa gerada com participação primordial do Brasil, de modo que se acredita que ela terá um maior impacto sobre os Periódicos Brasileiros.

Por conta da qualidade editorial proporcionada pela Metodologia SciELO, supõe-se que as suas políticas de indexação possuem um efeito relevante sobre as políticas editoriais das revistas científicas. É por esse motivo que as políticas de indexação da SciELO (SCIELO, 2017) podem ter uma influência não apenas na disseminação do Acesso Aberto, mas também na ampliação do uso das licenças CC-BY. De fato, desde 2009 a SciELO licencia todo o

conteúdo em Creative Commons, tendo adotado a licença CC-BY-NC como padrão mínimo. (SCIELO, 2009)

Tais políticas se aprofundaram em 2017. No documento Critério, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil (2017, p. 19), verifica-se que:

Todos os periódicos e artigos indexados no SciELO são publicados em acesso aberto na modalidade dourada, sem embargo. O Programa SciELO formaliza o acesso aberto por meio da adoção de atribuições de acesso do Creative Commons para todos os periódicos e artigos indexados em suas coleções. A licença padrão adotada pelo SciELO a partir de 2015 é CC-BY, que autoriza o compartilhamento e adaptações dos artigos sempre e quando esteja assegurado o crédito aos autores, um link para a licença e indicação das mudanças quando realizadas. A informação do tipo de licença adotado pelo periódico, deve obrigatoriamente constar nos PDFs e XMLs enviados para publicação. Periódicos indexados antes de 2015 podem eventualmente optar pelas atribuições CC-BY-NC que não permite uso comercial e CC-BY-NC-ND que não permite uso comercial e tampouco adaptações.

O modo como a SciELO escolhe disponibilizar o conteúdo indexado em sua plataforma influencia o tipo de acesso aberto de que os leitores de publicações científicas se beneficiam. O Acesso Aberto pode se dar em diferentes graus. A terminologia aqui utilizada é a de Suber (2012, p. 6). Utilizam-se os termos acesso dourado e verde quando se fala dos veículos de comunicação da obra disponibilizada em Acesso Aberto. Dessa maneira, o Acesso Dourado é aquele entregue diretamente pelos Periódicos, e o Acesso Verde é aquele entregue por meio de repositórios, onde se faz o Upload de uma versão pré ou pós-print de um trabalho. Quando se fala em OA Grátis ou Libre, por sua vez, foca-se nos direitos e liberdades dos usuários em si mesmo. O OA grátis é aquele que suspende as barreiras de preço, enquanto o OA Libre suspende, além das barreiras de preço, alguma barreira de permissão também, o que dá mais liberdade de uso aos usuários.

O formato OA Grátis dialoga com as licenças das obras protegidas por direito autoral. Para além de uma proteção restritiva das obras científicas, as licenças Creative Commons foram pensadas como licenças públicas gerais (BRANCO E BRITTO, 2013, p. 29), através das quais os detentores dos direitos autorais prévia e expressamente autorizam determinados usos para determinada obra. Os limites para tal uso costumam versar sobre a possibilidade de reproduzir, de modificar ou de fazer uso econômico da obra (BRANCO E BRITTO, 2013, p. 29). A possibilidade de o detentor do direito autoral permitir diferentes usos da sua obra previamente não é contrária a esse direito, porque tal prerrogativa faz parte desse direito. Caminha-se para uma sistemática contratual que, em vez de prever “todos os direitos

reservados” para o detentor do direito autoral, preveem-se “alguns direitos reservados” (FROSIO, 2014, p. 34) .

A partir dessas políticas de indexação da SciELO, entende-se que ela privilegia o acesso dourado e livre, dando aos usuários maior liberdade no uso das publicações científicas. A partir disso, é possível prosseguir com o estudo de caso e relacionar as políticas editoriais dos periódicos indexados na SciELO com a posição dos periódicos científicos de maneira geral, especialmente aqueles com critério Qualis/Capes superior (A1 e A2).

4. METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Em um estudo de caso, a construção desse objeto deve ser feita de maneira a garantir que a coleta possa ser replicada, pois é isto que garante a qualidade do trabalho empírico (EPSTEIN E KING, 2013, p. 47). O objetivo desta pesquisa é o de realizar inferências, que significam a compreensão de fatos que desconhecemos a partir de dados que conhecemos (EPSTEIN E KING, 2013, p. 36). É possível realizar tanto inferências descritivas – que buscam uma generalização de um conhecimento a partir de um dado conhecido – quanto inferências causais – as quais buscam saber se um fator (variável independente) causa algum resultado (variável dependente) – (EPSTEIN E KING, 2013, p. 43).

Para a construção desse dado, é necessário descrever os passos de pesquisa da coleta e explicitar as unidades de análise adotadas no trabalho (YIN, 2005, p. 150), o que se pretende fazer ao longo deste capítulo. Posteriormente, serão traçadas as inferências e as possíveis variáveis que influenciam o resultado encontrado.

A delimitação do objeto deste estudo de caso começa pela especificação das políticas de direito autoral da Coleção. Dado que existe uma política explícita de acesso aberto da SciELO e da adoção das licenças públicas CC-BY, realizou-se a coleta de todos os periódicos presentes indexados na plataforma para verificar os efeitos das políticas de indexação nos periódicos brasileiros. Tal coleta foi realizada entre 20 de setembro de 2019 e 11 de outubro de 2019. Na página SciELO Brasil¹, na aba superior esquerda, existe a opção “Periódicos – lista alfabética”. Ao clicar nesse link, abre-se uma página, a qual informa existirem 374 periódicos listados na base Scielo, sendo 296 títulos correntes e 78 não correntes. Optou-se pela coleta apenas dos periódicos correntes, uma vez que os periódicos não correntes tiveram indexação interrompida, foram terminados, ou passaram a adotar outro nome, não se conformando com as atuais políticas de indexação da base.

¹ Disponível em: <http://www.scielo.br/?lng=pt>.

A partir do nome dos periódicos listados em ordem alfabética, criou-se uma tabela no LibreOffice Calc com o nome dos periódicos listados na coluna B, além da data de acesso de cada endereço. A página de cada periódico pode ser acessada a partir da lista presente na SciELO, por meio de um hiperlink presente em seu próprio nome. A página do periódico, de onde as informações foram coletadas, foi preenchida na coluna “endereço”, da mesma tabela. Dessa mesma página, foram extraídas as seguintes informações relevantes para este trabalho: *International Standard Serial Number – ISSN*²; taxa de submissão/publicação avaliação (APC – Article Processing Charge), *Open Journal Systems (OJS)*/ Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) para submissão de trabalho; software de processamento utilizado; licença jurídica; indicação da licença no arquivo do trabalho; natureza jurídica da Instituição de Ensino Superior (IES) responsável pelo periódico.

Além das informações extraídas do endereço dos periódicos, foi feita também uma coleta da classificação Qualis/Capes dos periódicos, com a sua respectiva área de avaliação. A base Qualis/Capes Periódicos se encontra na plataforma Sucupira³. São 49 áreas de avaliação, divididas em 9 áreas do conhecimento, as quais compõem as três grandes áreas de avaliação da CAPES. De acordo com a última avaliação do quadriênio 2013-2016, os periódicos podem ser classificados em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Apesar de a classificação Qualis/Capes ser o instrumento de avaliação dos programas de pós-graduação, e não dos periódicos científicos por si só (BARATA, 2016, p. 17), considerou-se que essa informação é relevante para depreender a qualidade do conteúdo proveniente dos pesquisadores de pós-graduação publicado nas revistas indexadas na base SciELO. Desse modo, coletaram-se as classificações por área de avaliação de cada periódico com classificação superior (A1 e A2). Em sendo o caso de o periódico não ser do estrato superior, coletou-se a classificação mais alta.

O procedimento para coleta na plataforma Sucupira segue os seguintes passos: após o acesso na plataforma Sucupira, escolhe-se o ícone “Qualis”. Em seguida, ao clicar no ícone “Qualis Periódicos”, se é direcionado para uma nova página. Nela, escolhe-se a opção mais recente disponibilizada, que é a “Classificações de periódicos no quadriênio 2013-2016”. Após isso, digita-se na aba “nome” ou “ISSN” as informações dos Periódicos listados na Plataforma Scielo, para encontrar os seus respectivos Qualis. Para o caso de divergência entre a lista da Scielo e do Qualis, criou-se na tabela do LibreOffice Calc a coluna “nota”.

2 Trata-se do número de série identificador do periódico. O registro é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no Brasil. A grande maioria dos periódicos possui dois ISSN, um para a versão física, e outro para a versão eletrônica. Para mais informações, consulte: <http://cbissn.ibict.br/index.php/issn>.

3 Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

Dos 296 Periódicos Correntes da SciELO, 7 não constam da última avaliação Qualis, de modo que o número final de periódicos analisados é de 289. A coleta completa (ANDRADE; FERES, 2019) está disponível virtualmente, e as tabelas deste trabalho foram elaboradas a partir dela.

5. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E PROCESSO INFERENCIAL

Após a demonstração dos passos de pesquisa para a coleta de dados, pode-se começar a traçar inferências e implicações observáveis sobre o objeto pesquisado. O objetivo da inferência que aqui se realiza é verificar a maneira como os critérios de indexação da SciELO contribuem para a expansão do Acesso Aberto nos Periódicos Científicos Brasileiros.

O caminho escolhido para a elaboração das tabelas foi guiado pelas unidades de análise (MACHADO, 2017, p. 373) a serem utilizadas para o processo inferencial. Assim sendo, a tabela 1 foi feita a partir da unidade de análise “classificação Qualis dos Periódicos”; a tabela 2 utilizou-se das “políticas editoriais de licenciamento”; a tabela 3 da “cobrança de taxas de submissão, avaliação ou publicação” (*Article Processing Charges – APC*); a tabela 4, por fim, opera com o “Software de processamento utilizado para submissão de trabalhos”.

A unidade de análise “Classificação Qualis” tinha por objetivo verificar a qualidade do conteúdo promovido pela SciELO. Dado que a classificação Qualis avalia os programas de pós-graduação do Brasil, uma revista com Qualis alto publicaria pesquisas de ponta realizadas pelas instituições nacionais. Tendo em vista a proposta de criação da SciELO de dar maior visibilidade à produção científica regional, e de publicar localmente aquilo que antes era publicado apenas em Revistas Internacionais, a hipótese do trabalho era de que o Qualis dos Periódicos SciELO seria elevado. A partir dessa ideia construiu-se a seguinte tabela:

Tabela 1. Classificação Qualis dos Periódicos indexados na SciELO

Classificação	Nº de periódicos
A1	98
A2	109
B1	77
B2	2
B3	2
B4	1
B5	0
C	0
Total	289

Fonte: o autor.

De fato, a expectativa foi confirmada. Dos 289 periódicos correntes listados constantes da última avaliação Qualis (Quadriênio 2013-2016), 207 são do estrato superior Qualis (A1 e A2). Os 82 Periódicos restantes, além disso, são em sua imensa maioria avaliados ainda assim com Qualis alto, sendo 77 deles em B1. Apenas 5 periódicos sofreram classificação inferior, e nenhum deles teve a classificação mais baixa C.

Desses dados depreende-se que a Metodologia SciELO foi bem-sucedida em auxiliar periódicos a ter um procedimento editorial confiável, capaz de atrair os cientistas que participam dos institutos de educação superior mais bem avaliados pela Qualis/Capes. Por conta disso, as diretrizes de indexação da SciELO sobre direitos autorais possuem um efeito importante sobre a maneira como a produção acadêmica de nível superior brasileira é compartilhada.

Neste ponto, ingressa-se nas licenças públicas CC utilizadas pelos Periódicos Científicos Brasileiros. As licenças públicas abertas podem ser formuladas por qualquer pessoa, mas a Creative Commons (CC), concebida por Lawrence Lessig, possui a vantagem de já ser amplamente difundida. O Brasil é pioneiro na iniciativa, tendo sido o terceiro país a aderir ao projeto (BRANCO E BRITTO, 2013, p. 20). Outra vantagem é o potencial de abrangência global das CC. Elas são aplicáveis em todo mundo, porque são criadas tendo em vista o direito autoral de cada país, e duram o mesmo prazo que o direito de autor e seus direitos conexos (CREATIVE COMMONS, 2019). As licenças também são produzidas em três formatos, sendo um deles para leigos sem formação jurídica; o outro para advogados utilizando linguagem jurídica; e um terceiro legível por máquinas, feito em linguagem de programação, o que facilita a marcação dos arquivos em formato digital (BRANCO E BRITTO, 2013, p. 61).

A Creative Commons disponibiliza diversos formatos de licença. A CCO corresponde ao domínio público. Além dela há outras seis licenças em ordem de maior permissividade: CC-BY (Atribuição), CC-BY-SA (Atribuição-CompartilhaIgual), CC-BY-ND (Atribuição-SemDerivações (CC-BY-ND), CC-BY-NC (atribuição-NãoComercial), CC-BY-NC-SA (Atribuição-Nãocomercial-CompartilhaIgual), CC-BY-NC-ND (Atribuição-SemDerivações-SemDerivados) (CREATIVE COMMONS, 2019).

A licença CC-BY é a mais permissível das licenças, permitindo ao usuário distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do trabalho, devendo somente ser atribuído o devido crédito ao autor original (CREATIVE COMMONS, 2019).

Por sua vez, a licença CC-BY-SA também permite uso amplo da obra – inclusive comercial - desde que as novas criações derivadas dele sejam licenciadas sob termos idênticos (CREATIVE COMMONS, 2019).

A licença CC-BY-ND permite todo tipo de retribuição, comercial ou não comercial, contanto que a obra seja mantida inalterada no seu todo, e que o crédito da obra seja atribuído ao autor original (CREATIVE COMMONS, 2019).

Já a licença CC-BY-NC interdita a remixação, adaptação ou criação sobre as obras licenciadas, desde que para fins não comerciais. O usuário também não é obrigado a licenciar as obras derivadas nos mesmos termos que a original (CREATIVE COMMONS, 2019).

A licença CC-BY-NC-SA só permite o uso da obra para fins não comerciais. Além disso, é necessário dar o devido crédito ao autor, além de que todas as obras derivadas devem ser licenciadas nos mesmos termos que a original (CREATIVE COMMONS, 2019).

A licença CC-BY-NC-ND é a mais restritiva das licenças, permitindo apenas que o usuário acesse a obra e o compartilhem. No entanto, isso não pode ser feito para fins comerciais, o documento não pode ser alterado e o crédito da obra deve ser atribuído ao autor original (CREATIVE COMMONS, 2019).

A tabela 2, “Políticas editoriais de licenciamento dos Periódicos correntes listados na SciELO a partir das licenças jurídicas contidas nos arquivos”, foi elaborada a partir da licença jurídica presente nos artigos do número mais recente de cada periódico indexado na Biblioteca. Uma vez que todos os Periódicos indexados na base SciELO possuem identificação da licença jurídica no arquivo, considerou-se esta opção como a mais segura para definição da licença jurídica que o periódico adota para os seus trabalhos, tendo em vista que se encontraram divergências de informações entre a base SciELO e a página do periódico hospedado em algum outro site:

Tabela 2. Políticas editoriais de licenciamento dos Periódicos correntes listados na SciELO a partir das licenças jurídicas contidas nos arquivos*

Licença Jurídica		
CC-BY	CC-BY-NC	CC-BY-NC-ND
233	45	11

* Encontraram-se divergências entre as páginas próprios dos periódicos, a página do periódico na base SciELO, e a licença jurídica do arquivo nos seguintes ISSN: 1981-5794 / 0002-5216; 2176-4573; 1517-2422/2236-9996; 0104-7760 / 2317-6342; 0103-5053 / 1678-4790; 1517-7076; 0100-736X / 1678-5150; 1678-5177 / 0103-6564; 0034-7140/1806-9134; 1413-6538 / 1980-5470; 0103-846X / 1984-2961; 1519-7077 / 1808-057X; 1678-9873 / 0104-4478; 1983-4195

Fonte: o autor

Desde 2015, a SciELO (SCIELO, 2017) tem como política oficial de licenciamento o uso das licenças CC-BY. Isso justifica a prevalência da licença CC-BY nos periódicos indexados (80,6% do total). Apenas 56 Periódicos adotam as licenças mais restritivas CC-BY-NC e CC-BY-NC-ND. Isso mostra que o uso das licenças CC é um modelo possível à tradicional comunicação científica por meio do Copyright. Dado que no Brasil boa parte da pesquisa científica é custeada por recursos públicos, o uso das licenças pública seria também o mais justo, pois permitiria uma divulgação mais ampla (SWAN, 2012, p. 11).

O trabalho de Mueller (2011) pesquisou 193 Periódicos Indexados na SciELO. Seu trabalho demonstrou que eles dependem de fontes externas públicas de custeio, sendo que 148 deles são financiados pela Capes/CNPq, e 22 deles financiados por Agências de Fomento. O Brasil não tem, assim, uma configuração do mercado editorial povoada por grandes editoras científicas. Nesse sentido, as licenças CC poderiam atender aos diferentes interesses que orientam a publicação científica, satisfazendo os princípios da publicidade das agências de fomento, e o interesse dos pesquisadores na disseminação mais ampla possível dos seus trabalhos, sem barreiras de custos ou permissão.

A questão do financiamento dos Periódicos Científicos por Agências de Pesquisa se relaciona com a política de cobrança de taxas de submissão, avaliação e publicação dos periódicos científicos (APCs – Article Processing Charges). Na Tabela 3, encontram-se informações dos periódicos científicos indexados na base SciELO a respeito disso:

Tabela 3. Cobrança de taxas de submissão, avaliação ou publicação (APCs) nos periódicos

Sim	Não*
75	214

* Considerando-se a essencialidade das informações sobre APCs no momento de submissão de um artigo a um periódico, aglutinaram-se os periódicos que não informavam se possuíam uma cobrança explícita de APCs com aqueles que expressamente se manifestavam negativamente a respeito.

Fonte: o autor.

Percebe-se que, apesar de todos os periódicos da SciELO serem de Acesso Aberto - não estabelecendo, assim, nenhuma política de cobrança para os usuários – a cobrança de APCs para os autores também não é generalizada. Dos 289 Periódicos pesquisados, apenas 75 realizam algum tipo de cobrança. Infere-se que os Periódicos encontram outras maneiras de se financiarem, seja por meio de assinatura seja por meio do já comprovado financiamento público (MUELLER, 2011). É necessário, no entanto, outras pesquisas para entender como as fontes de financiamento alteram o comportamento dos periódicos.

Deve-se ressaltar, porém, que a preocupação de Pavan e Bernardes Barbosa (2017, p. 122) de que uma migração de publicações de referência para Acesso Aberto geraria uma cobrança

ostensiva de APC não se confirmou. Existem, no entanto, diferenças entre as áreas de avaliação quanto a essas políticas de cobrança e de fomento à pesquisa (MUELLER, 2011), especialmente entre as Ciências de Saúde e as Ciências Sociais. Essas diferenças, porém, não impedem a inferência de que publicações científicas de referência no Brasil são feitas em Acesso Aberto sem cobrança de APC, dado que a grande parte dos periódicos da SciELO estão no estrato superior Qualis A1 e A2.

A não cobrança de APCs pode se relacionar com a existência de softwares de processamento e administração de periódicos alinhados com os princípios do Acesso Aberto. Na Tabela 4, observa-se que os periódicos analisados neste trabalho adotam, em sua maioria absoluta, os programas OJS/SEER e ScholarOne Manuscripts:

Tabela 4. Software de processamento utilizado para submissão de trabalhos

OJS/SEER	ScholarOne Manuscripts	Evise	Outro *
125	143	8	

* Outras softwares ou formas de submissão encontrados foram: Sagas, GNPapers, Editorial Manager, SGP, Elsevier Editorial System, Revetes, Pensoft, Página do Próprio site/Sistema próprio de submissão

Fonte: o autor

A coleta de dados informa que os periódicos em Acesso Aberto da SciELO utilizam ostensivamente programas que rodam gratuitamente, como o Open Journal Systems, e que são produzidos sem fins lucrativos, como o ScholarOne Manuscripts e o Editorial Manager (FISHER, 2008). Apesar de eles terem um custo de compra, tais programas são disponibilizados a um preço muito mais justo. Sistemas editoriais de editoras tradicionais, como a Elsevier, aparecem pouco na coleta.

Infere-se que a SciELO tem utilizado de maneira positiva os desenvolvimentos tecnológicos para melhorar a qualidade dos seus periódicos indexados. Além da estrutura legal da CC, usa-se Programas de Editoração e Plataformas de Repositórios disponíveis em fonte aberta (ALVARIM et al, 2008, p. 179-180). Isso não apenas facilita a transição para o Acesso Aberto, mas também a incentiva, o que pode aumentar ainda mais a visibilidade da produção científica brasileira e latino-americana.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou responder à pergunta de como a Biblioteca SciELO influencia as práticas e políticas editoriais de direitos autorais e de licenciamento dos Periódicos Científicos Brasileiros. A Biblioteca foi criada para aumentar a visibilidade da produção científica

brasileira e latino-americana. O contexto de criação da Biblioteca é contemporâneo ao do movimento de Acesso Aberto e ao do desenvolvimento das licenças Creative Commons. A SciELO foi pioneira na implementação do Acesso Aberto Dourado no Brasil e desde 2015 a sua política de indexação usa a licença CC-BY como padrão para as suas publicações.

Para verificar a hipótese de que as políticas de indexação da SciELO afetam de forma relevante a produção científica de referência nacional, em especial a proveniente dos programas de pós-graduação com estrato superior Qualis (A1 e A2), realizou-se uma coleta extensiva de todos os periódicos correntes listados na plataforma Scielo avaliados na última avaliação Qualis (2013-2016). Fez-se uso das unidades de análise “Qualis”, “licenças CC”, “cobrança de APCs” e “software de processamento dos periódicos” para testar a hipótese e compreender como se dá a comunicação científica no âmbito da SciELO.

Após coleta e análise dos dados, é possível concluir que a hipótese proposta se confirma, na medida em que boa parte dos periódicos indexados na SciELO são de estrato superior. Além disso, 233 dos 289 Periódicos utilizam a licença mais permissiva, que é a CC-BY. Os periódicos indexados também não possuem uma política de cobrança de APCs, tendo sido encontrados apenas 75 Periódicos a cobrarem alguma taxa de submissão, publicação ou processamento. Por fim, os periódicos fazem, no geral, uso de sistemas de publicação e editoração que são alinhados aos princípios do Acesso Aberto, sendo produzidos sem fins lucrativos (ScholarOne) ou rodando sem custos (OJS).

A situação dos Periódicos indexados na SciELO Brasil demonstra que a implementação do Acesso Aberto foi muito bem-sucedida, tanto que o Brasil está na primeira posição (mais de 800 títulos) no diretório de revistas de acesso aberto avaliadas pelos pares (DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS, 2016). Tão importante quanto a Acesso Livre à produção científica, é o acesso livre a uma produção científica de qualidade, algo que a SciELO, por meio de sua Metodologia, tem sido bem-sucedida em promover.

O próximo passo para o aprofundamento de uma política de direitos autorais e científica inclusiva é uma coordenação maior entre as diversas iniciativas científicas regionais (SANTOS; KISHI, 2015). Isso inclui as Agências de Fomento, as Universidades e a Administração Pública. Tal unidade poderia fortalecer o círculo virtuoso entre o Acesso Aberto e a Produção Científica regional, criando um espaço de publicação acadêmica democrático e independente dos preços restritivos do direito autoral tradicional e do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERIN, Juan Pablo. **Open Access Indicators**. Assessing Growth and use of Open Access resources from developing regions. The case of Latin America. In: ALPERIN, Juan Pablo; BABINI, Dominique; Gustavo Fischmann (editores). *Open Access Indicators and Scholarly Communications in Latin America*. CLACSO, Buenos Aires: Unesco, 2014. E-Book.

ALPERIM, Juan Pablo; FISCHMANN, Gustavo E.; WILLINSKY, John. **Open Access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and few reflections**. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 172-185, set. 2008.

ARIENTE, Eduardo Altomare. **Políticas de Acesso Aberto para Trabalhos Científicos: interesse público e direitos de autor**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 143-170, 8 maio 2017. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4328>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

BABINI, Dominique. **Acesso abierto a la producción científica de América Latina y el Caribe**. Identificación de principales instituciones para estrategias de integración regional. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad CTS*, Vol. 6, No. 17, 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1821582. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

BANKOWSKI, Zenon. **Vivendo Plenamente a Lei**. Tradução de Lucas Dutra Bertolozzo, Luiz Reimer Rodrigues Rieffel e Arthur Maria Ferreira Neto. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008. 289 p.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. **Berlin Declaration**. Berlin, 22 outubro 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/67605/berlin_declaration_engl.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. **Bethesda Declaration**. Bethesda, 20 de junho de 2003. Disponível em: <<https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. **O que é Creative Commons?** Novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 176 p. (Coleção FGV de Bolso. Direito & Sociedade). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11461/O%20que%20%C3%A9%20Creative%20Commons.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL (1998). **Lei nº 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 27 de setembro de 2019.

BRASIL (2014). **Classificação da produção intelectual: Qualis-Periódicos**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), abril de 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/1Gygnv>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **BOAI Declaration**. Budapeste, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>. Acesso em: 30 maio 2019.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). (2018). **Qualis Periódicos**. Disponível em: <<https://bit.ly/1iK28d6>>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

COSTA, Michele; LEITE, Fernando César Lima. **Open Access in the world and Latin America: a review since the Budapest Open Access Initiative**. TransInformação, Campinas, vol. 28, n. 1, jan/abr. 2016, p. 33-45. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800003>.

CREATIVE COMMONS (2019). **Sobre as licenças**. Disponível <https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR>. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

DE ANDRADE, Felipe César; FERES, Marcos Vinício Chein. **Periódicos SciELO presentes na última avaliação Qualis 2013-2016 (289 periódicos)**. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1Zd-VYDj8mvJNUzOqL1XN8gPXQoYRU9Y>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

DECLARAÇÃO DE SALVADOR SOBRE O ACESSO ABERTO: a perspectiva dos países em desenvolvimento. **International Seminar on Open Access**. Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.icml.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

DECLARAÇÃO DE APOIO AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA. **Carta de São Paulo**. 2005. Disponível em: <http://sitehistorico.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/2005/carta-de-sao-paulo-defende-o-acesso-livre-a>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

DOAJ. **Directory of Open Access Journals**. Disponível em: <<https://doaj.org/>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa Empírica em Direito: as regras de inferência**. Tradução Fabio Morosini et al. São Paulo: Direito GV, 2013. 253 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11444>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

FISHER, Julian H. **Scholarly Publishing Re-invented: Real Costs and Real Freedoms**. The Journal of Electronic Publishing. Vol. 11, N. 2. Primavera de 2008. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/jjep/3336451.0011.204?view=text;rgn=main>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

FROSIO, Giancarlo. **Open Access Publishing: A Literature Review**. CREATE Working Paper 2014/1, Estelle Derclaye (sup.). Disponível em: <<http://www.create.ac.uk/publications/000011>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; ALMEIDA, Bianca de; SILVA, Marco Donizete Paulino da. **As políticas de direitos autorais e reuso presentes nas revistas brasileiras de acesso aberto na áreas biológicas e de saúde disponibilizadas na plataforma SciELO-Brasil.** *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 20, n. 44, p. 25-42, set./dez., 2015. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n44p25

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet: direitos autorais das origens à era digital.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GEIGER, Christophe. **Taking the Right to Culture Seriously: Time to Rethink Copyright Law.** In: _____ (ed.). *Intellectual Property and Access to Science and Culture: Convergence or Conflict?*, n° 3, dezembro 2016, p. 84-91. Disponível em: <https://www.ictsd.org/sites/default/files/research/ceipi-ictsd_3_0.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

GIBBS, W. Waytt. **Lost Science in the Third World.** *Scientific American*, vol. 273, n. 2, agosto 1995, p. 92-99. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/24981594>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia, GOLIN. **Periódicos científicos nos suportes impresso e eletrônico: apontamentos para um estudo-piloto na UFRGS.** *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Vol. VIII, n. 2, maio/ago. 2006

MACHADO, Máira Rocha. **O estudo de caso na pesquisa em direito.** In: _____ (Org.). *Pesquisar empiricamente o Direito.* São Paulo: REED, 2017. cap. 11, p. 357-389. Disponível em: https://www.academia.edu/35268081/Pesquisar_empiricamente_o_direito. Acesso em: 21 jan. 2019.

MINITTI, Sergio; Belli, Simone; LAMELAS, Valeria Santoro. **Mapping the development of Open Access in Latin American and Caribbean countries.** *An analysis of Web of Science Core Collection and SciELO Citation Index (2005-2017).* [s.l.] *Scientometrics*, v. 117, 2018, p. 1905-1930.

MUELLER, S. P. M. **Produção e financiamento de periódicos científicos de acesso aberto: um estudo na base SciELO.** In: PLOBACIÓN, D. A. et al. (Org.). *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação.* Cotia: Ateliê Editorial, 2011. p. 201-230. Versão pré-print disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/622/GT%207%20Txt%2011-%20MUELLER%2C%20Suzana%20P.%20M.%20Quem%20financia%20nossos...pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

PACKER, Abel Laerte et al. **SciELO**: uma metodologia para publicação eletrônica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p.109-121, maio/ago, 1998.

PAVAN, Cleusa; BERNARDES BARBOSA, Marcia Cristina. **Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto**: alguns apontamentos. *Em Questão*, vol. 23, núm. 2, maio-agosto, 2017, pp. 120-145

RODRIGUES, Rosângela Schwarz; OLIVEIRA, Aline Borges de. **Periódicos científicos na América Latina**: títulos em Acesso Aberto indexados no ISI e SCOPUS. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 77-99, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/31d2JLr>. Acesso em: 8 out. 2019.

SANTOS, Patrícia; KISHI, Kátia. **Brasil é referência em acesso aberto, mas faltam políticas integradas**. *ComCiência*, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 10 de março de 2015. Disponível em: www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=111&id=133. Acesso em: 01 de outubro de 2019

SCIELO. **Critério, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. Outubro de 2017.

SCIELO. **SciELO adota Creative Commons para atribuição de acesso e uso**. 2009. Disponível em: <http://espacio.bvsalud.org/boletim.php?newsletter=20091116&newsLang=pt&newsName=Newsletter%20BVS%20094%2016/novembro/2009&articleId=10162715200903>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

SUBER, Peter. **Open Access**. Cambridge: The MIT Press, Essential Knowledge Series, 2012. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/books/openaccess>. Acesso em: 10 set. 2018.

SWAN, Alma. **Policy Guidelines for the development and promotion of open access**. Paris: Unesco, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002158/215863e.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

SWAN, Alma. **Why Open Access for Brazil?**. *Liinc em Revista*, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 158-171, 19 set. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3173>. Acesso em: 25 out. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 205 p.